Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NA PROVÍNCIA DE NIASSA, MOÇAMBIQUE: UMA COMPARAÇÃO ENTRE 2019/22

https://doi.org/10.56238/rcsv15n2-002

Data de submissão: 13/01/2025 **Data de aprovação**: 13/02/2025

Oclídio Francisco Tete
Doutorando em Engenharia Matemática, Estatística e Investigação Operacional
Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Spain
E-mail: oclidesfrancisco@gmail.com ou oclidiof@ucm.es

Olga Pedro Lourenco
Departamento de Estatísticas Económicas - Delegação de Niassa
Instituto Nacional de Estatística - Moçambique
E-mail: olourenco79@gmail.com

RESUMO
Este estudo analisa a evolução das condições de vida das famílias na Província de Niassa, Moçambique, entre 2019 e 2022. Com base em indicadores de qualidade de vida e acesso a serviços básicos, a pesquisa avaliou dimensões cruciais como a qualidade da água consumida, acesso a serviços públicos, padrões alimentares, condições de moradia e oportunidades de emprego. Os resultados destacam mudanças significativas em vários indicadores, revelando progressos e desafios dentro do contexto socioeconómico da região. Este trabalho contribui para uma compreensão mais profunda da dinâmica das condições de vida em Niassa e for nece insights valiosos para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Niassa. Condições de Vida. Desenvolvimento Sustentável. Serviços Básicos.

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

1 INTRODUÇÃO

As condições de vida das populações representam um dos principais indicadores do desenvol vimento socioeconómico de uma região. Nos países em desenvolvimento, como Moçambique, compreender essas condições é essencial para a formulação de políticas públicas externas para a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem-estar. A Província do Ni assa, localizada no norte do país, enfrenta desafios importantes relacionados com a pobreza, ao acesso desigual aos serviços básicos e à precariedade das condições de vida.

Este estudo objetiva-se em analisar a evolução das condições de vida das famílias na Provín cia do Niassa, com base em indicadores de qualidade de vida e acesso a serviços essenciais entre os anos de 2019 e 2022. A pesquisa aborda questões fundamentais, como a qualidade da água consumida, do acesso aos serviços públicos (como hospitais, escolas, postos policiais e mercados), dos padrões alimentares, das condições habitacionais e do acesso ao emprego, buscando identificar avanços, retrocessos e desigualdades persistentes.

Ao longo do trabalho, foram usados dados quantitativos provenientes de bases de dados de 2019 e 2022, permitindo uma análise comparativa detalhada. Assim, este estudo não apenas fornece uma visão atualizada sobre a realidade socioeconómico da Província, mas também destaca aspetos relevantes para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A Província do Niassa, em Moçambique, enfrenta desafios históricos relacionados com a pobreza, o acesso limitado a serviços básicos e as desigualdades sociais. Apesar dos esforços governamentais e internacionais para melhorar as condições de vida, permanece a questão: *Quais foram as mudanças significativas nas condições de vida da população do Niassa entre 2019 e 2022, e em que medida as intervenções públicas e sociais desenvolveram para essas mudanças?*

1.2 MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este estudo foi motivado pela necessidade de compreender a dinâmica das condições de vida na Província de Niassa, uma das regiões mais vulneráveis de Moçambique. Compreender as mudanças entre 2019 e 2022 é crucial para identificar progressos, retrocessos e áreas que demandam intervenções urgentes. Os resultados podem subsidiar decisões políticas, alocação de recursos e avaliação de políticas públicas existentes. A justificativa do estudo baseia-se na importância de fornecer dados empíricos sobre indicadores de qualidade de vida, como acesso à água potável, energia, alimentação e habitação. Além disso, este trabalho contribuirá para os esforços nacionais e internacionais de

monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 1 (erradicação da pobreza) e o ODS 6 (acesso à água limpa e saneamento).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESIGUALDADE E POBREZA

O do Nascimento Cruz et al. [2015], caracteriza desigualdade a partir das condições ofe recidas a população, afirmando que quando oferecidas diferem-se no grau da qualidade e efetividade a depender dos sujeitos sociais que serão beneficiados.

Para do Nascimento Cruz et al. [2015] a desigualdade pode ser descrita como um desequilí brio no padrão de vida de uma determinada população, presente em países não desenvolvidos e subdesenvolvidos onde a distribuição de renda acontece de maneira desproporcional.

Araújo [2017] afirma que a desigualdade é um fenómeno de múltiplas dimensões, que diz respeito as condições desiguais e que estão submetidos diferentes grupos sociais no que tange a capacidade de satisfazer suas necessidades básicas, ao atendimento de seus direitos entre outros factores, diz respeito ao contraste entre um grupo de pessoas que detém grandes quantidades de riqueza, capacidades sociais e materiais de atender suas necessidades e tem assegurado os seus direitos e outro grupo de pessoas com insuficiência de renda sem condi ções de satisfazer suas necessidades básicas, sem acesso aos serviços essenciais e privados de direitos básicos.

Quanto ao conceito de pobreza é algo muito complexo, de acordo com Costa [2014] e Mague nhe [2016] definem a pobreza como sendo uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políti cos e sociais.

Adicionalmente e comungando a ideia de autores, Truzão [2013], Zitha [2012], entre outros, defendem que o conceito de pobreza abarca várias faces que requerem a sua compreensão baseada nas abordagens teóricas e metodológicas que conduzem cada pesquisa num deter minado contexto. Assim sendo, a noção de pobreza no presente trabalho deve ser vista como sendo o conjunto de factores socioeconómicos bem como as formas de interpretação deste fenómeno e como o individuo percebe a sua própria situação social.

2.2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Pobreza multidimensional é modelo de avaliação da pobreza, em que se considera a renda monetária como uma variável determinante do grau de privação do individuo ou família. A pobreza multidimensional está estruturada sobre conceito como o de, funcionamentos, capa citações e privações de acordo com Kerstenetzky [2000]. A metodologia Alkire-Foster (A-F), uma das

metodologias mais usadas a nível internacional para medir a pobreza multidimen sional, desenvolvida por Sabina Alkire e James Foster. Ela difere das medidas tradicionais da pobreza que se baseiam apenas na renda e consumo, ao considerar várias dimensões de privação simultaneamente como Educação, Saúde, Acesso a serviços básicos, moradia adequada entre outros.

2.3 DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

De Oliveira et al. [2014], discute conexões entre os processos de urbanização e ruralização enfatizando a importância de uma abordagem integrada para o desenvolvimento sustentável. De Oliveira et al. [2014] argumenta que dinâmicas urbanas e rurais não podem ser tratadas isoladamente, pois influenciam e moldam a realidade socioeconómico de forma interdepen dente. Ele destaca que em um mundo cada vez mais urbanizado o desenvolvimento rural deve ser considerado como uma extensão das políticas urbanas, promovendo a inclusão so cial e a preservação do ambiente.

De Oliveira et al. [2014] analisa os desafios enfrentados por áreas rurais como a migração para outros centros urbanos e a necessidade de infraestruturas adequadas, propondo solu ções que envolvam a participação das comunidades e a utilização de tecnologias adequadas. Essa perspectiva crítica é fundamental para compreender o desenvolvimento em contextos contemporâneos onde os limites entre rural e urbano se tornam cada vez mais fluidos.

Santánna et al. [2011] discute diversas teorias e abordagens relacionadas ao desenvolvimento rural, analisando criticamente os modelos tradicionais e propondo uma visão mais integra que considera as dimensões sociais, económicas e ambientais. Este autor enfatiza a im portância da participação comunitária e da valorização do conhecimento local, defendendo que o desenvolvimento rural deve ser um processo incluso e sustentável. O autor critica as abordagens que priorizam apenas o crescimento económico, sugerindo que o verdadeiro desenvolvimento deve considerar a qualidade de vida das populações rurais e preservação dos recursos naturais. Essas ideias contribuem para um entendimento mais amplo e multi dimensional do desenvolvimento rural alinhando-se a outras correntes contemporâneas que buscam alternativas ao modelo hegemónico de desenvolvimento.

2.3.1 Desenvolvimento Sustentável

Segundo Serra [2017], a teoria de desenvolvimento sustentável não se resume apenas ao crescimento económico, mas envolve a promoção da liberdade e das capacidades humanas, aspectos sociais, políticos e ambientais. Ele argumenta que a verdadeira medida do desen volvimento de uma sociedade é a extensão em que suas pessoas tem a liberdade de viver as vidas que valorizam e destaca a importância da justiça social e a igualdade de oportunidades que beneficie todas as pessoas.

2.3.2 Urbanização e Desigualdade Espacial

Segundo Giacobbo [2021], a desigualdade espacial nas cidades é um reflexo das forças do mercado e das políticas governamentais que favorecem certos grupos em detrimento de ou tros. Destaca que a urbanização e desigualdade espacial influenciam a estrutura urbana e a distribuição de poder e recursos dentro das cidades.

Santos [2017], argumenta que as cidades são locais onde se concentram tanto oportunidades quanto desigualdades, e que a forma como o espaço urbano é organizado reflete e perpetua divisões sociais e económicas. Ele discute como a expansão urbana, a gentrificação, a se gregação residencial e a falta de acesso aos serviços básicos contribuem para a criação de territórios marcados pela desigualdade.

Segundo Carlos [2020], o espaço urbano é um campo de conflitos e contradições, onde diferentes interesses e atores disputam o controle e utilização do território. O direito à cidade representa não apenas acesso físico aos espaços urbanos mas também a possibilidade de participar activamente na sua produção e tranformação. Defende a ideia de uma urbanização centrada na necessidade e asprirações dos cidadãos promovendo a justiça social, democracia participativa e a qualidade de vida para todos.

2.4 SANEAMENTO E SAÚDE PÚBLICA

De acordo com Chadwick [1942], a teoria de saneamento e saúde pública baseia-se na crença de que as condições precárias de higiene e saneamento são responsáveis pela propagação de doenças e pela deterioração da saúde da população. Ele defendia a ideia de que amelhoria das condições sanitárias, incluindo o abastecimento de água limpa, o tratamento de resíduos e a drenagem adequada, era essencial para prevenir doenças e promover a saúde. Enfatiza a importância da intervenção do governo e a implementação de políticas públicas para garantir o acesso a condiçõoes de vida saudável para todos os cidadãos. Ainda argumenta que se invista em medidas de saneamento e saúde pública não só beneficiaria a população mas também traria benefícios económicos e sociais para a sociedade como um todo.

2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo Sen [1981] a insegurança alimentar não são apenas resultados de escassez de ali mentos, mas estão mais relacionadas ao acesso a esses alimentos, o que chama de direitos de prioridades. Ele trás atona a importância das condições económicas e sociais que permitem que as pessoas adquiram alimentos e não apenas a disponibilidade física da comida. Essa prespectiva

revolucionou a forma como a segurança alimentar é entendida, enfatizando a necessidade de políticas que garantam acesso e não apenas a oferta de alimentos.

Segundo Henrique et al. [2016], as comunidades podem desenvolver práticas e regras ade quadas para gerenciar suas próprias fontes de alimentos, promovendo a resiliência e au tossuficiência . A participação activa da comunidade na gestão de recursos alimentares, é fundamental para enfrentar desafios como escassez de alimentos e as mudanças climáticas, refletindo a importância das acçõoes colectivas na promoção da segurança alimentar.

De acordo com Pharr [2000], a diminuição da participação em actividades comunitárias e o enfraquecimento das redes sociais impactam negativamente o acesso a informações, oportu nidades economias e suporte social, exacerbando assim as desigualdades existentes.

Para Sen and Dreze [1999], o desenvolvimento deve ser visto não apenas como um cres cimento económico mas como um processo de ampliação das liberdades e capacidade das pessoas. Ele discute como o acesso a recursos e oportunidades são fundamentais para reduzir a desigualdade incluindo nas áreas rurais onde as condições de vida podem ser desafiadoras. Ainda o mesmo autor, enfatiza a importância de considerar as capacidades individuais e as barreiras que as pessoas enfrentam, incluindo factores sociais, económicos e políticos que afectam o acesso a bens e serviços essenciais.

2.6 INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com Sen and Dreze [1999], o verdadeiro desenvolvimento não deve ser medido apenas pelo crescimento económico, mas também pela capacidade das pessoas levarem uma vida que valorizam. Para eles a inclusão social é fundamental para garantir que todos te nham acesso às oportunidades e recursos necessários para realizar as suas potencialidades. Sen and Dreze [1999] introduzem o conceito de capacidades, que refere as liberdades reais que o indivíduos tem para escolher o modo de vida que desejam. A inclusão social nesse contexto, implica em eliminar barreiras que impedem as pessoas em exercerem suas capaci dades como pobreza, discriminação e falta de acesso a educação e saúde. Dessa forma Sen and Dreze [1999] destacam a importância de políticas públicas que promovam a equidade e a justiça social, visando um desenvolvimento holístico e sustentável.

Para Fernandes et al. [2010], a importância de valorizar e reconhecer as diversas formas de conhecimento e experiências que existem nas sociedades, defende uma perspectiva inclusiva que busca combater as desigualdades sociais e promover a justiça social. Ele critica a visão hegemónica do conhecimento e propõe a necessidade de uma sociologia das ausências, onde as vozes e as experiências marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas.

O filosofo Walzer [2008], argumenta que a justiça deve ser entendida em diferentes esféras sociais, cada um com suas próprias normas e valores. Ele defende a inclusão de diversas culturas e

grupos dentro de uma sociedade pluralista. A obra destaca a importância de reconhecer e respeitar as diferenças, promovendo uma forma de justiça que leve em conta as realidades específicas de cada grupo social.

3 METODOLOGIA

Este estudo baseio-se em dados provenientes do Inquérito Orçamental Familiar (IOF), con duzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, para os anos de 2019 e 2022. As bases são nacionais, possuem dados que incluem 259 variáveis e 70470 observações (famílias que responderam os IOFs). Destas bases, fez-se um filtro e criou-se umas sub-bases com apenas famílias da Província do Niassa que foi o nosso foco de estudo. As sub-bases f icaram com 3734 observações. Em relação às variáveis, o estudo baseou-se em variáveis relacionadas com habitação (Tipo e condições de casa), Qualidade de água, Alimentação (número de refeições diárias e valor correspondente a refeição) e acesso aos serviços básicos (Saúde, Escola, Segurança, Transporte e Mercado).

A análise foi conduzida através de métodos estatísticos descritivos, que foram usados para sumarizar as variáveis principais em cada ano. Além disso, foram utilizadas/aplicadas téc nicas de visualização de dados para facilitar a interpretação dos resultados.

As análises foram feitas com o apoio de softwares estatísticos, SPSS (formato como foram adquiridas as bases) e R (software usado para análise), garantindo a precisão na manipulação dos dados e na geração de resultados. Este procedimento permitiu uma comparação robusta das condições de vida entre os dois períodos analisados (2019 e 2022), destacando mudanças significativas e suas implicações para as políticas públicas.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DE DADOS

A análise da distribuição da amostra entre os meios urbano e rural em 2019 e 2022 oferece insights importantes sobre as condições de vida e o contexto socioeconómico das famílias na Província de Niassa. No gráfico da Figura 1 observa-se que em 2019, a amostra incluía 1721 famílias no meio urbano e 2.013 no meio rural, refletindo uma concentração maior de famílias nas áreas rurais, característica predominante da demografia da Província. Em 2022, houve um aumento no número de famílias entrevistadas no meio urbano, que passou para 1.838, enquanto no meio rural esse número reduziu ligeiramente para 1896.

Ocrescimento da amostra no meio urbano pode estar relacionado à urbanização progressiva observada em muitas regiões de Moçambique, impulsionada por fatores como migração em busca de melhores oportunidades de emprego, serviços básicos e infraestrutura. Contudo, a redução na

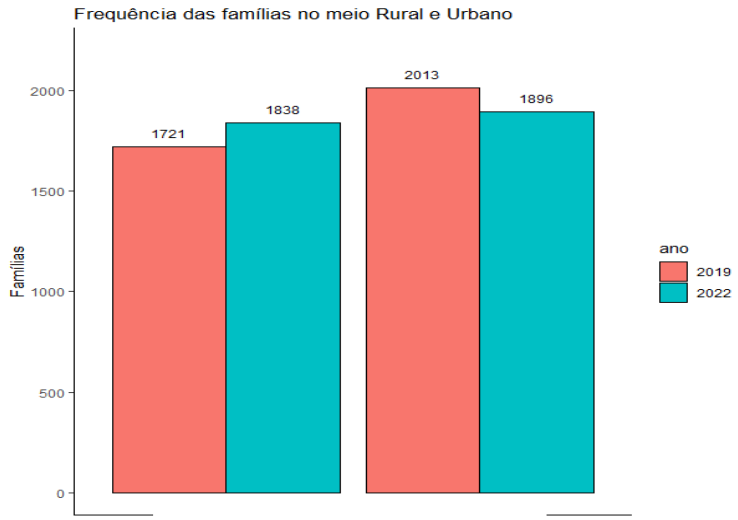
Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

representatividade rural em 2022 sugere que a amostra pode estar refletindo alterações no alcance ou enfoque das políticas de coleta de dados, além de possíveis desafios logísticos para alcançar comunidades mais remotas.

Essa distribuição também é crucial para entender as disparidades entre os dois contextos. Como observado anteriormente, aspectos como saneamento básico, acesso a água potável, energia e condições de habitação mostram diferenças marcantes entre os meios urbano e ru ral. As áreas urbanas tendem a ter maior acesso a infraestruturas, enquanto as áreas rurais enfrentam maiores dificuldades, como distâncias mais longas para acessar serviços essenciais e maior dependência de materiais tradicionais e recursos naturais para habitação e energia.

A representatividade da amostra em ambos os meios é fundamental para avaliar o impacto das políticas públicas e identificar prioridades específicas. Enquanto o meio urbano pode demandar melhorias na qualidade e acessibilidade dos serviços básicos, o meio rural requer intervenções que reduzam as desigualdades estruturais e promovam o desenvolvimento in tegrado. As mudanças nos números entre 2019 e 2022 reforçam a importância de análises desagregadas, para capturar as especificidades de cada contexto e orientar melhor as ações de desenvolvimento na Província de Niassa.

Figura 1: Famílias no meio Rural e Urbano



Fonte: Autores

A análise das condições habitacionais na Província de Niassa entre 2019 e 2022 destaca al terações importantes nas características das moradias e na posse das mesmas. Nos gráficos da Figura 2 verifica-se que em 2019 a maior parte das famílias residiam em casas próprias, enquanto uma parcela menor viviam em moradias arrendadas e em casas cedidas ou herda das. Esse cenário reflete uma predominância de habitação autossustentada, característica das áreas rurais e semiurbanas da região. No entanto, em 2022, verificou-se uma diminui ção no número de famílias que viviam em casas

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

próprias, acompanhada por um aumento nas residências cedidas/herdadas, sugerindo um agravamento das condições econômicas que limitam a capacidade das famílias de manter ou adquirir propriedades próprias.

Quanto à cobertura das casas, em 2019, a maior parte das moradias tinha cobertura de capim, seguida pelo uso de chapas de zinco e, em menor proporção, telhas. Esse padrão revela a predominância de materiais tradicionais e acessíveis, que são amplamente utilizados devido à sua disponibilidade local e custo reduzido. No entanto, a escolha do material de cobertura reflete, em parte, as condições socioeconômicas das famílias, uma vez que chapas de zinco e telhas são opções mais duráveis e frequentemente associadas a melhores condições de vida.

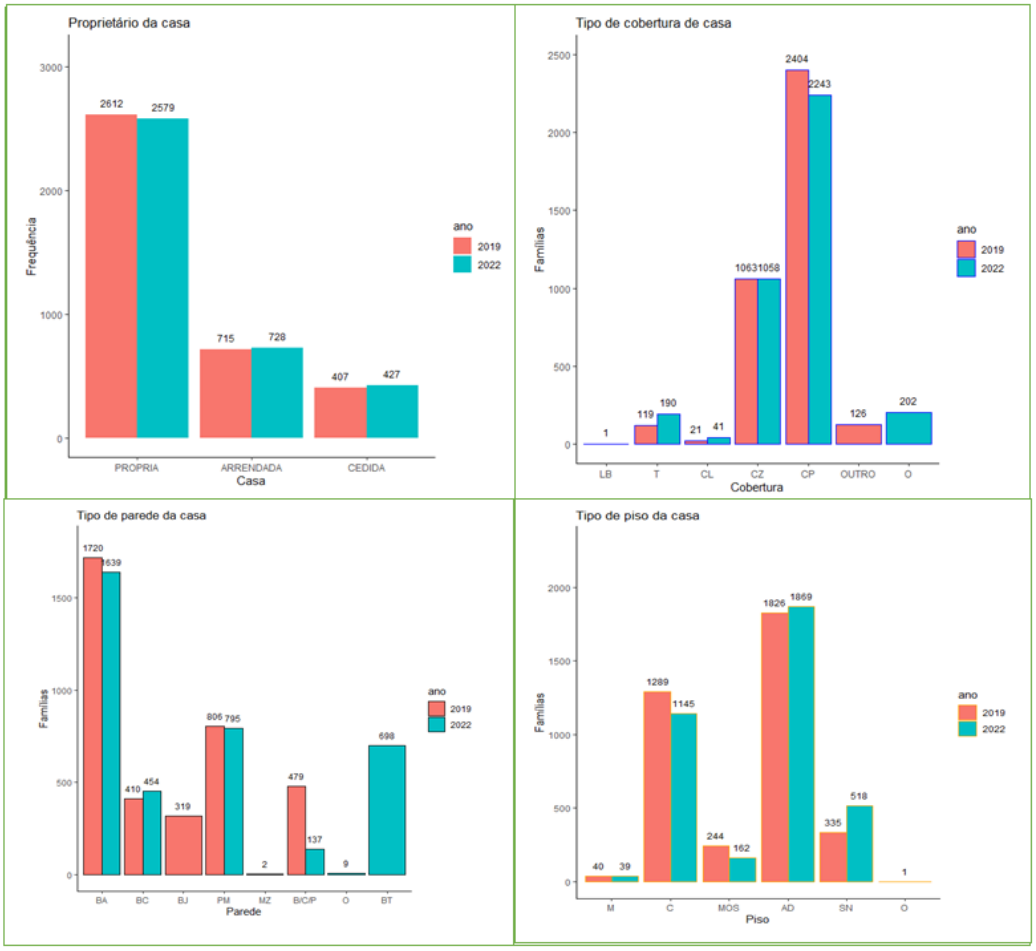
As paredes das casas também apresentavam características distintas em 2019, com a maioria sendo construídas de blocos de matope, um material tradicional obtido localmente, seguido por paredes de pau-a-pique (pau maticado) e um número menor de construções feitas com blocos de cimento. Essas características refletem uma dependência de materiais naturais e de baixo custo, ainda predominantes em áreas rurais. No entanto, o uso de blocos de cimento, embora menos frequente, indica uma tendência à modernização em algumas loca lidades.

Em relação ao piso das residências, em 2019, a maior parte das casas tinha piso coberto de matope, seguido por pisos de cimento. Um número menor de casas possuía piso de mosaico, enquanto outras não tinham nenhum tipo de revestimento. Essa distribuição evidência as desigualdades no acesso a materiais de construção mais duráveis e a diferença nas condições de vida entre famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Em 2022, a queda no número de casas próprias pode estar associada a mudanças nos materiais ou à degradação das condições habitacionais.

Esses dados sublinham a necessidade de políticas habitacionais voltadas para a melhoria das condições de moradia, promovendo o uso de materiais mais duráveis e acessíveis, bem como incentivando a construção de moradias próprias. Além disso, é fundamental fortalecer iniciativas que aumentem o acesso a recursos econômicos e programas de financiamento ha bitacional, para permitir que as famílias mantenham ou melhorem suas condições de vida. As mudanças observadas entre 2019 e 2022 refletem os desafios econômicos e estruturais enfrentados pelas populações da Província de Niassa, destacando a urgência de intervenções públicas para reduzir as desigualdades habitacionais.

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

Figura 2: Tipo de Casa



Fonte: Autores

A análise das condições de saneamento básico na Província de Niassa entre 2019 e 2022 revela mudanças significativas no uso das instalações sanitárias pelas famílias. No gráfico da Figura 3 observa-se que em 2019, a maioria das famílias utilizavam latrinas melhora das, seguidas por aquelas que faziam uso de latrinas não melhoradas. Em terceiro lugar, estavam as famílias que utilizavam latrinas tradicionais melhoradas, enquanto um número menor possuíam casas de banho com retrete dentro de casa, com ou sem autoclismo. No entanto, também havia uma parcela significativa de famílias sem acesso a qualquer tipo de casa de banho, que recorriam ao céu aberto ou utilizavam instalações em casas vizinhas.

O cenário em 2022 aponta para uma piora nas condições de saneamento. Houve uma di minuição no número de famílias com acesso a latrinas melhoradas, bem como naquelas que utilizavam latrinas tradicionais melhoradas. Por outro lado, verificou-se um aumento no número de famílias que passaram a depender de latrinas não melhoradas, além de uma elevação na quantidade de famílias sem

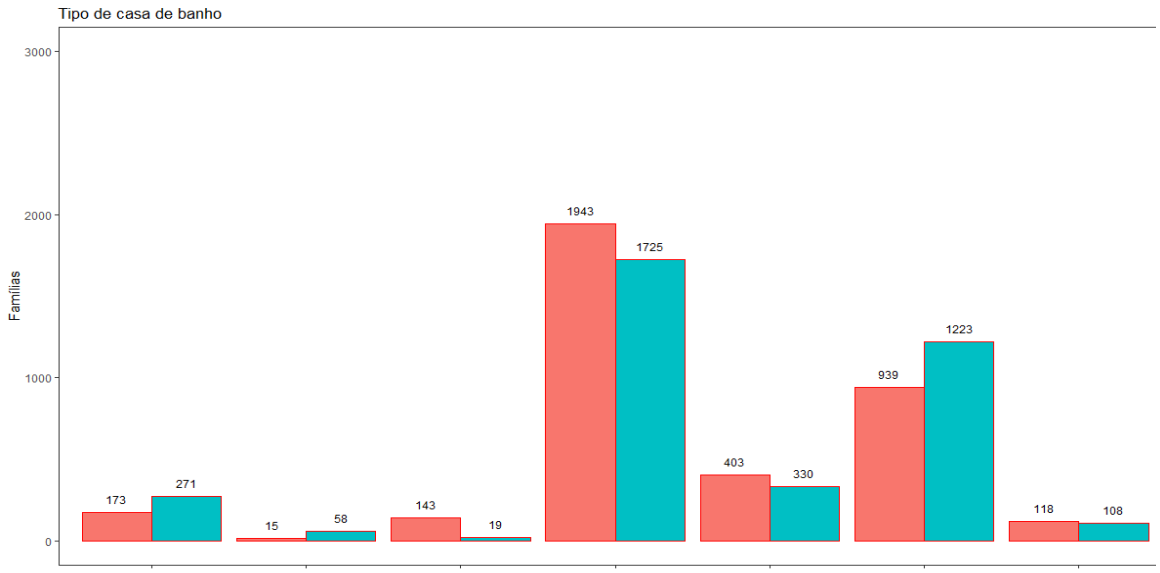
Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

acesso a qualquer tipo de latrina, o que indica um retrocesso nas condições básicas de higiene e saneamento na região.

Essa piora reflete, possivelmente, dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias, bem como limitações nos investimentos em infraestrutura de saneamento básico. A redução no uso de latrinas melhoradas e o aumento das práticas de defecação a céu aberto representam um risco elevado à saúde pública, contribuindo para a disseminação de doenças de origem hídrica e infecciosa, como diarreia e parasitoses, especialmente em áreas rurais e comunida des mais vulneráveis.

Diante desse panorama, é urgente a implementação de políticas públicas voltadas para a expansão e melhoria das condições de saneamento na Província de Niassa. Isso inclui a pro moção do acesso a instalações sanitárias seguras, o incentivo ao uso de tecnologias acessíveis para saneamento melhorado e a conscientização das comunidades sobre a importância do saneamento básico para a saúde e bem-estar. O retrocesso observado entre 2019 e 2022 des taca a necessidade de esforços conjuntos entre governos, organizações não governamentais e comunidades para garantir o acesso universal a condições dignas de higiene e saneamento.

Figura 3: Tipo de Latrina usada



Fonte: Autores

A análise comparativa sobre o acesso à água potável entre 2019 e 2022 na Província de Niassa revela mudanças significativas nas fontes de abastecimento utilizadas pelas famílias. Nos gráficos da Figura 4 observa-se que em 2019 a maior parte das famílias obtinha água de fontes canalizadas fora de suas residências, seguida pelo uso de água de superfícies, como rios, lagoas e charcos. Um número menor utilizava água canalizada dentro de casa, enquanto uma parcela mínima dependia de fontes nas

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

casas vizinhas e outras famílias consumiam água mineral. Já em 2022, observou-se um crescimento preocupante no número de famílias que passaram a depender de água de superfícies e poços não protegidos, ao mesmo tempo em que diminuiu o uso de fontes canalizadas, tanto internas quanto externas às residências, bem como de fontenárias e água mineral.

O aumento do uso de água proveniente de superfícies e poços não protegidos é um indica dor claro de retrocesso no acesso a fontes seguras de água potável. Esses recursos, embora acessíveis em termos de proximidade, geralmente apresentam baixa qualidade, sendo vul neráveis à contaminação por resíduos, esgoto, e atividades humanas ou animais. Por outro lado, a diminuição do uso de fontes canalizadas dentro ou fora de casa sugere dificuldades relacionadas à manutenção e expansão da infraestrutura hídrica, possivelmente agravadas por desafios econômicos e administrativos.

Quanto à qualidade da água consumida, em 2019, a maioria das famílias tinha acesso a água doce, enquanto uma parcela menor recorria à água turva e contaminada por plantas e ani mais, especialmente nas áreas rurais onde o abastecimento dependia de fontes superficiais. Em 2022, o cenário se agravou, com uma redução no consumo de água doce e um aumento significativo no uso de água turva e contaminada. Essa mudança impacta diretamente a saúde pública, aumentando os riscos de doenças transmitidas pela água, como diarreia e cólera, especialmente entre crianças e outras populações vulneráveis.

Outro aspecto preocupante é o aumento das distâncias percorridas pelas famílias para aces sar as fontes de água em 2022. Enquanto em 2019 as fontes estavam relativamente próximas, permitindo que as famílias economizassem tempo e energia em sua busca por água, em 2022 essas distâncias aumentaram consideravelmente. Essa mudança reflete não apenas a dete rioração das fontes locais, mas também o impacto da falta de investimentos em sistemas de abastecimento hídrico descentralizados e eficientes.

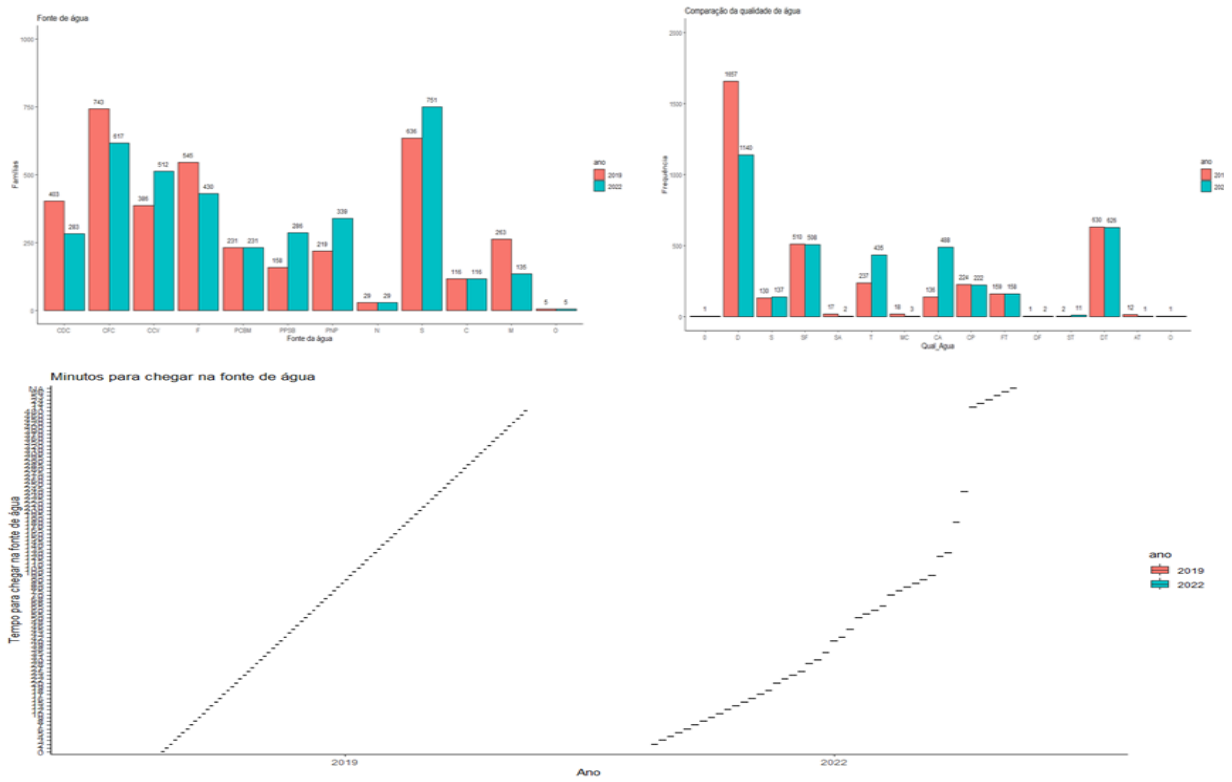
A necessidade de percorrer maiores distâncias para buscar água tem implicações sociais e econômicas significativas. Em muitos casos, essa tarefa recai principalmente sobre as mulhe res e crianças, que perdem tempo valioso que poderia ser dedicado a outras atividades, como estudo, trabalho ou lazer. Além disso, o esforço físico adicional contribui para o desgaste físico e emocional dessas populações, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade.

Os dados analisados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a expansão e melhoria do acesso à água potável em Niassa. Investimentos na construção de sistemas de abastecimento seguro, como poços protegidos e redes de distribuição, são essenciais para reduzir a dependência de fontes inseguras e melhorar a qualidade de vida das famílias. Além disso, é fundamental implementar programas de conscientização sobre o uso seguro e sustentável da água, bem

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

como estratégias para aproximar as fontes hídricas das comunidades, promovendo o desenvolvimento local e garantindo o acesso a um recurso essencial para a sobrevivência.

Figura 4: Fonte e Qualidade da Água



Fonte: Autores

Aanálise sobre o uso de fontes de energia para iluminação e cozinha na Província de Niassa entre 2019 e 2022 revela transformações significativas nos padrões de consumo das famílias, refletindo tanto as limitações de acesso a fontes modernas quanto o impacto do aumento do custo de vida. No gráfico da Figura 5 verifica-se que em 2019, a maioria das famílias utilizava pilhas (PI) para iluminação, seguidas pelo uso de energia proveniente da rede pública (ERP), e, em menor escala, placas solares (G/PS). Já em 2022, o cenário mudou drasticamente, com um aumento expressivo no uso de pilhas para iluminação e uma redução significativa no uso de energia da rede pública e de lenha. Além disso, verificou-se um aumento considerável no uso de petróleo (P) como alternativa para iluminação.

O crescimento do uso de pilhas como fonte primária de energia para iluminação pode ser atribuído à falta de acesso confiável à rede elétrica pública e à escalada dos custos associ ados à eletricidade. Essa mudança reflete uma dependência crescente de fontes de energia portáteis e de fácil aquisição, embora menos sustentáveis a longo prazo. Por outro lado, a redução no uso de energia da

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

rede pública sugere desafios relacionados à infraestrutura elétrica, incluindo cortes frequentes, aumento nas tarifas de energia, ou dificuldade em ex pandir o alcance da rede para áreas mais remotas.

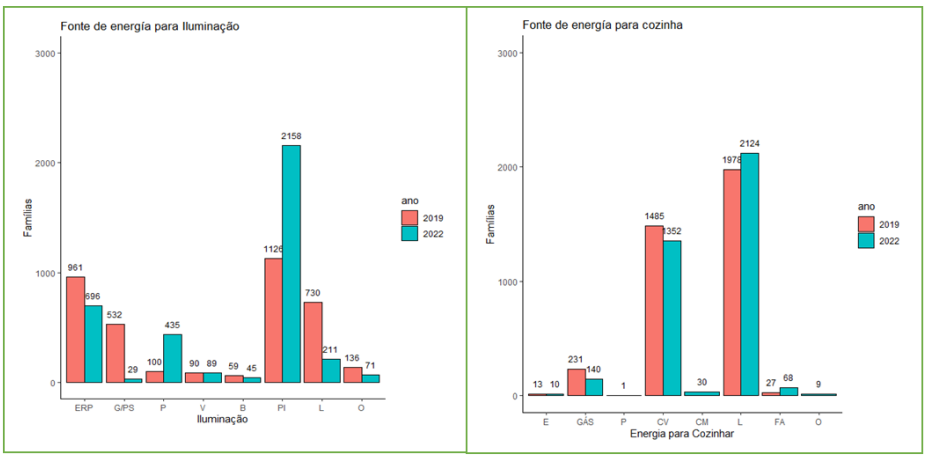
No contexto da fonte de energia para a confecção de alimentos (cozinha), os dados mostram que, em 2019, a lenha (L) era amplamente utilizada como principal fonte de energia, seguida pelo carvão vegetal (CV) e, em menor escala, pelo gás de cozinha. Em 2022, o uso de lenha para cozinhar aumentou ainda mais, ao mesmo tempo em que o consumo de carvão vegetal e gás diminuiu significativamente. Curiosamente, verificou-se um aumento no uso de fezes de animais (FA) como fonte de energia para cozinhar, evidenciando a busca por alternativas de baixo custo em meio a condições econômicas adversas.

O aumento no uso de lenha e fezes de animais para cozinhar pode ser explicado pela acessi bilidade relativa dessas fontes em áreas rurais, onde muitas famílias dependem de recursos naturais disponíveis localmente. No entanto, esse padrão de consumo energético tem con sequências ambientais e sociais graves, como o desmatamento e a exposição a poluentes do ar doméstico, que afetam a saúde das famílias, especialmente das mulheres e crianças, que geralmente são as responsáveis por cozinhar.

Por outro lado, a diminuição do uso de carvão vegetal e gás sugere que essas fontes de energia se tornaram economicamente inviáveis para muitas famílias, devido ao aumento dos preços e à falta de subsídios ou programas que promovam o acesso a combustíveis mais limpos. Essa mudança é preocupante, pois indica um retrocesso no acesso a fontes de energia mais seguras e eficientes, comprometendo os esforços para melhorar a qualidade de vida e reduzir os impactos ambientais.

Essas transformações nos padrões de consumo de energia para iluminação e cozinha desta cam a necessidade urgente de políticas públicas que incentivem o uso de fontes de energia renováveis e sustentáveis, como placas solares e biogás, além de promover a expansão da rede elétrica pública em Niassa. O aumento do custo de vida combinado com a dependência de fontes tradicionais reflete uma situação de vulnerabilidade energética que exige ações coordenadas para garantir o acesso universal a energia limpa e acessível, conforme previsto nas metas globais de desenvolvimento sustentável.

Figura 5: Energia para Iluminação e cozinha



Fonte: Autores

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

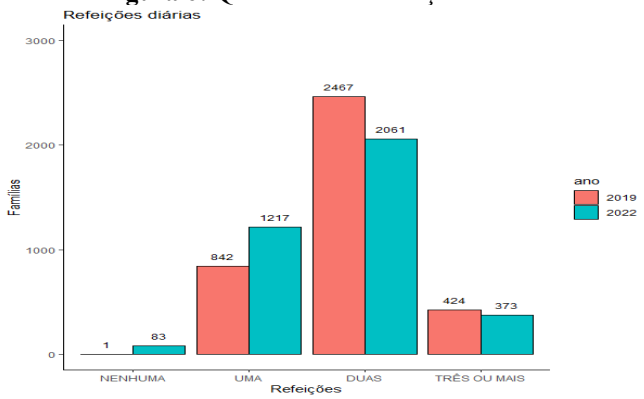
A análise comparativa dos dados sobre os hábitos alimentares das famílias na Província de Niassa entre 2019 e 2022 evidencia uma deterioração significativa no acesso a alimentos, refletindo o aumento do custo de vida e a diminuição do poder aquisitivo. No gráfico da Figura 6 observa-se que em 2019 a maioria das famílias conseguia realizar duas refeições diá rias, enquanto uma parcela menor dependia de apenas uma refeição e, em menor número, havia famílias que conseguiam se alimentar três ou mais vezes ao dia. Contudo, o cenário se agravou consideravelmente em 2022.

Os dados mais recentes (2022) mostram um crescimento alarmante no número de famílias que passaram a não ter nenhuma refeição diária, indicando situações de insegurança ali mentar severa. Paralelamente, houve um aumento substancial de famílias que sobrevivem com apenas uma refeição ao dia. Essa mudança reflete não apenas a falta de acesso físico e econômico a alimentos, mas também os impactos de fatores externos, como o aumento dos preços de bens essenciais, o desemprego e a diminuição da renda disponível.

O declínio no número de famílias que conseguem manter duas ou mais refeições diárias é um indicador claro de que as condições de vida se deterioraram. A redução da frequência alimentar afeta diretamente a saúde e a produtividade da população, especialmente das cri anças, que ficam mais vulneráveis à desnutrição e a doenças associadas à falta de nutrientes essenciais. Além disso, a diminuição do acesso a alimentos pode estar relacionada a crises econômicas, instabilidade no fornecimento de produtos e mudanças nos padrões de produção agrícola.

Esses dados reforçam a conclusão de que o custo de vida aumentou significativamente para as famílias de Niassa entre 2019 e 2022. O aumento no preço dos alimentos básicos, aliado à falta de infraestrutura e políticas de apoio social eficientes, agrava as desigualdades existen tes e expõe as famílias mais vulneráveis a condições ainda mais precárias. Para enfrentar essa situação, torna-se essencial a implementação de programas de segurança alimentar e inter venções voltadas para a redução dos custos de bens essenciais e o aumento da renda familiar.

Figura 6: Quantidade de refeições diárias



Fonte: Autores

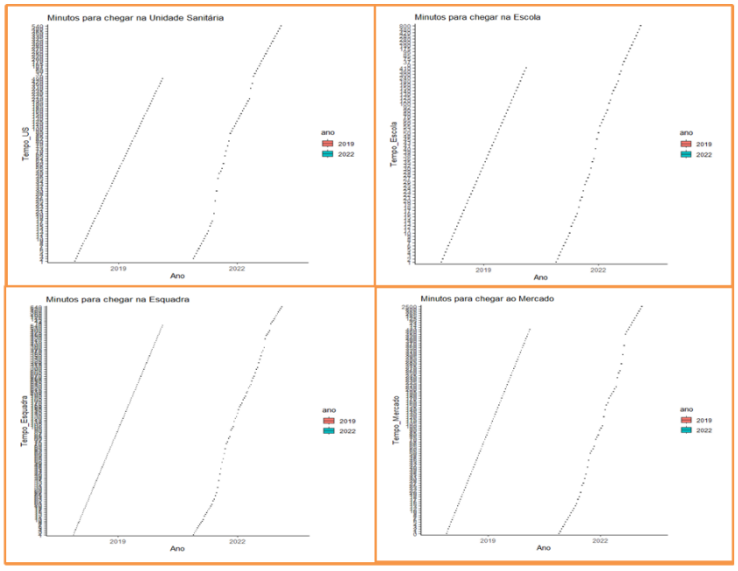
Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

Para o acesso aos serviços básicos, como centros de saúde, escolas, mercados e postos poli ciais, revela uma deterioração das condições entre 2019 e 2022. Nos graficos da Figura 7, observa-se que em 2022 as famílias relataram percorrer distâncias significativamente maiores e gastar mais tempo para acessar esses serviços em comparação a 2019. Esse aumento nas distâncias reflete um agravamento no alcance territorial e na distribuição desses serviços essenciais.

No setor da saúde, a maior distância média até os centros de saúde é preocupante, consi derando que o acesso rápido a cuidados médicos é fundamental para atender emergências e prevenir doenças. Da mesma forma, o acesso à educação foi prejudicado, com as crianças e jovens enfrentando trajetos mais longos até as escolas, o que pode aumentar a evasão escolar, especialmente em áreas rurais. Esses dados sugerem desafios na manutenção e expansão da infraestrutura educacional, afetando diretamente os esforços para promover a inclusão e o desenvolvimento social.

Os mercados locais, essenciais para o abastecimento e para o comércio informal que sus tenta muitas famílias, também ficaram mais distantes. Essa situação não apenas aumenta os custos indiretos para os moradores, mas também pode desincentivar a atividade econô mica local. Além disso, a maior distância até postos policiais representa um risco adicional para a segurança pública, dificultando a resposta rápida a incidentes e limitando o acesso da população a serviços de proteção. Essas mudanças indicam possíveis falhas na gestão territorial e na alocação de recursos durante o período analisado. A deterioração do acesso aos serviços pode ser consequência de fatores como o crescimento populacional sem corres pondente expansão da infraestrutura, a degradação de vias de acesso, ou o deslocamento de unidades de serviços para locais mais centrais. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas que priorizem a descentralização e a melhoria da conectividade entre as comunidades e os serviços básicos, especialmente nas áreas rurais da Província de Niassa.

Figura 7: Acesso aos serviços básicos



Fonte: Autores

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

5 CONCLUSÕES

A análise comparativa das condições de vida na Província de Niassa entre 2019 e 2022 re vela uma deterioração significativa em vários indicadores socioeconômicos, especialmente no acesso a serviços essenciais como saúde, educação, mercado, água potável e saneamento básico. Também foi observado um agravamento das condições habitacionais e alimentares das famílias, refletindo os desafios crescentes enfrentados tanto nas áreas urbanas quanto rurais. O aumento das distâncias para acessar serviços e a maior dependência de recursos naturais para energia e alimentação indicam uma piora no bem-estar geral das famílias, potencialmente associada ao aumento do custo de vida, crises econômicas e limitações nas políticas públicas de desenvolvimento.

Esses resultados destacam a persistência de desigualdades estruturais entre o meio urbano e rural, sendo que as comunidades rurais continuam mais vulneráveis às mudanças adversas. A análise sublinha a necessidade urgente de intervenção e planejamento estratégico para reverter as tendências negativas e garantir a melhoria das condições de vida para a população da Província de Niassa.

5.1 RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados da análise, as seguintes recomendações são apresentadas para os gestores e formuladores de políticas na Província de Niassa:

(a) **Melhoria no acesso a serviços essenciais:** É crucial investir em infraestrutura para reduzir as distâncias percorridas pelas famílias para acessar centros de saúde, escolas, mercados e postos policiais. A criação de unidades descentralizadas nesses serviços deve ser priorizada para atender as comunidades mais distantes.

(b) **Fortalecimento do saneamento básico e acesso à água potável:** Políticas pú blicas devem focar na expansão e melhoria das fontes de água seguras e no acesso a instalações sanitárias adequadas. A construção de poços protegidos e a instalação de sistemas de água canalizada em áreas rurais podem reduzir o impacto das condições hídricas precárias.

(c) **Promoção da segurança alimentar:** Diante do aumento das famílias com me nor acesso a refeições diárias, é necessário implementar programas que melhorem a produção agrícola local, ampliem o acesso a alimentos básicos e fortaleçam redes de assistência social para famílias mais vulneráveis.

(d) **Apoio à habitação digna:** Deve-se promover políticas habitacionais que incenti vem o uso de materiais de construção mais duráveis e acessíveis, além de fomentar programas de crédito habitacional que facilitem a aquisição ou reforma de moradias próprias.

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

(e) **Adoção de energias sustentáveis:** Investir em tecnologias limpas e acessíveis, como sistemas solares e biogás, pode reduzir a dependência de fontes tradicionais como lenha, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a melhoria das condições de vida.

(f) **Foco no desenvolvimento rural:** A redução das desigualdades entre os meios ur bano e rural requer estratégias específicas, como o fortalecimento da economia local, a melhoria do acesso à educação e a promoção de iniciativas de capacitação e emprego para comunidades rurais.

(g) **Monitoramento e avaliação contínuos:** A implementação de políticas deve ser acompanhada por sistemas robustos de monitoramento e avaliação, a fim de identificar progressos, corrigir falhas e assegurar que as intervenções estejam alinhadas com as necessidades reais da população.

5.2 LIMITAÇÕES

Apesar da relevância dos resultados apresentados, este estudo possui algumas limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, os dados utilizados são provenientes de amostras realizadas em dois períodos específicos (2019 e 2022), o que limita a análise a esses momen tos e pode não capturar completamente as variações sazonais ou outros fatores temporais que impactam as condições de vida das famílias.

Além disso, a dependência de dados secundários restringe a capacidade de explorar questões qualitativas e subjetivas que poderiam enriquecer a compreensão dos desafios enfrentados pelas famílias. Fatores como percepções sobre a qualidade dos serviços públicos, impacto de políticas locais e a resiliência das comunidades não foram analisados em profundidade, o que poderia oferecer um panorama mais abrangente.

Outra limitação refere-se à representatividade da amostra em relação às comunidades mais remotas. Em áreas rurais de difícil acesso, pode haver sub-representação de famílias que enfrentam condições ainda mais precárias, o que poderia levar a uma subestimação dos de safios existentes.

Por fim, a análise não abordou fatores externos, como mudanças climáticas, crises econô micas nacionais ou globais, ou mesmo eventos imprevistos, que podem ter influenciado as condições de vida das famílias. Esses fatores poderiam ser explorados em estudos futuros para ampliar a compreensão dos determinantes socioeconômicos na Província.

REFERÊNCIAS

Pedro Xavier Araújo. A desigualdade social e o planejamento da mobilidade: o caso da região metropolitana de porto alegre (1973-2015). OUP Catalogue, 2017.

Ana Fani Alessandri Carlos. Henri lefebvre: o espaço, a cidade e o "direto à cidade". *Revista Direito e Práxis*, 11:349–369, 2020.

E Chadwick. sanitary conditions of the labouring population of gt britain, 1942.

Pâmela Cardoso Guimarães da Costa. A influência das organizações não governamentais na consolidação do regime internacional de direitos humanos: um estudo de caso sobre a comissão internacional de juristas e sua atuação na 55ª sessão do comitê de direitos econômicos, sociais e culturais (cdesc) das nações unidas. *OUP Catalogue,* 2014.

Antônio Gonçalves de Oliveira, Christian Luiz Da Silva, and Ederson Luiz Lovato. Desen volvimento local: conceitos e metodologias-políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. *Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras-ISSN: 2237 6976, 4(1)*, 2014

Jaqueline do Nascimento Cruz, Milena Moia Pimentel, and Marcel Theodoor Hazeu. De sigualdades sociais e pobreza: Categorias para analisar os impactos de megaprojetos na amazônia. *Conexões,* 11(1):9–31, 2015

Regina Coeli Silva Fernandes et al. Inclusão social. *Revista Direito e Práxis*, 2010.

Guilherme Estima Giacobbo. O regime urbanístico a partir de henri lefebvre e david harvey: o direito à cidade e a responsabilidade dos governos locais na efetivação dos instrumentos de recuperação de mais-valias fundiárias. 2021

Flávia Conceição dos Santos Henrique et al. *Intersetorialidade na implementação de pro gramas da área de Segurança Alimentar e Nutricional: um estudo sobre arranjos institu cionais em municípios de pequeno porte do estado da Bahia.* PhD thesis, 2016.

Celia Lessa Kerstenetzky. Desigualdade e pobreza: lições de sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 15:113–122, 2000.

Cloves Zefanias Maguenhe. Avaliação da implementação do programa estratégico para re dução da pobreza urbana no âmbito da geração de emprego no distrito municipal kamu bukwana (2011-2014). 2016.

Susan J Pharr. Democracias descontentes: O que está preocupando os países trilaterais?, 2000.

César Simoni Santos. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. *Economía, sociedad y territorio,* 17(55):619–646, 2017.

Maria Aparecida de Castro Monteiro Sant'anna, Márcia Pinheiro Ludwig, Maria das Do res Saraiva Loreto, and Robson José de Oliveira. Percepção da legislação ambiental pelos pequenos proprietários rurais da micro bacia hidrográfica do córrego do grama, município de coimbra/mg. 2011.

Amartya Sen. An essay on entitlement and deprivation. *Poverty and Famines,* 1981.

Revista Científica Sistemática
ISSN: 2675-521

Amartya Sen and Jean Dreze. The amartya sen and jean drèze omnibus:(comprising) poverty and famines; hunger and public action; and india: Economic development and social opportunity. *OUP Catalogue,* 1999.

Adriana Stankiewicz Serra. *Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano.* PhD thesis, [sn], 2017.

Simões José Capece Truzão. Dinâmica da resposta à pobreza urbana: uma análise à imple mentação do programa estratégico para a redução da pobreza urbana (perpu) 2011-2014 no posto administrativo número 1 na cidade de chimoio. 2013.

Michael Walzer. Spheres of justice: *A defense of pluralism and equality*. Basic books, 2008.

Sérgio Domingos Zitha. Percepções sociais da pobreza no bairro de maxaquene “a”. 2012.